

Aquilombando a UFS: a atuação do Coletivo Negro Beatriz Nascimento

Quilombo at UFS: the role of the Beatriz Nascimento Black Collective

Lídia Carla Araújo dos Anjos*
José Luanderson Santos Andrade**
Edinéia Tavares Lopes***

Palavras-chave:
Coletivo Negro Beatriz
Nascimento
Estudantes negras/os
Políticas afirmativas

Resumo: A finalidade deste estudo é apresentar resultados de pesquisa realizada no período da pandemia da COVID-19 sobre a atuação do coletivo de estudantes negros/as da Universidade Federal de Sergipe (UFS) denominado Coletivo Negro Beatriz Nascimento (CNBN). Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa de campo inspirada na Investigação da Ação Participativa (IAP) de Fals Borda (2009), com aplicação de questionário e entrevista aberta, além de levantamento documental e revisão de literatura na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Criado em 2018, por incentivo do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Sergipe (NEABI-UFS), as iniciativas protagonizadas pelo CNBN fortaleceram os debates sobre as políticas afirmativas, além dos processos de autoafirmação da identidade negra de estudantes antirracistas.

Keywords:
Beatriz Nascimento Black
Collective
Black students
Affirmative policies

Abstract: The purpose of this study is to present the results of research carried out during the COVID-19 pandemic on the performance of the collective of black students at the Federal University of Sergipe (UFS) called “Beatriz Nascimento Black Collective” (CNBN in Portuguese). To this, a qualitative field research was conducted, inspired by Fals Borda's Participatory Action Research (2009), involving the application of a questionnaire and open interviews, as well as document collection and a literature review in the Digital Library of Theses and Dissertations. Created in 2018, with the encouragement of the Afro-Brazilian and Indigenous Studies Center of the Federal University of Sergipe (NEABI-UFS), the initiatives led by the CNBN strengthened the debates on affirmative action policies, as well as the processes of self-affirmation of the Black identity of anti-racist students.

Recebido em 1º de março de 2025. Aprovado em 13 de maio de 2025.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UFS). Mestrado em Direitos Humanos (UNIT/bolsista CAPES-FAPITEC). Especialização em Gestão de Saúde Pública e Saúde da Família (FANESE). Graduação em Serviço Social (UFS). Bolsista CAPES no PPGED/UFS. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFS) e da pesquisa nacional de âmbito do CNPQ “Caleidoscópio das Ações Afirmativas: avaliações, experiências e alcances das políticas de cotas nas universidades públicas”. E-mail: lidiaanjose@gmail.com.

** Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Naturais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor da Rede Estadual de Pernambuco. Licenciado em Química pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) Email: luandersonfurler@gmail.com.

*** Doutora e Pós-Doutora em Educação. Prof.^a Associada da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e integrante do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, do Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos da UFS, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFS) e da pesquisa nacional denominada “Caleidoscópio das Ações Afirmativas: avaliações, experiências e alcances das políticas de cotas nas universidades públicas” (CNPQ). E-mail: edineia.ufs@gmail.com.

O CNBN e as estratégias de enfrentamento ao racismo na UFS

A exploração das colônias, por meio da escravização do povo negro e indígena, acarretou realidades degradantes de vida em nome do avanço do progresso pelo capitalismo. Legitimado pela Igreja Católica, no século XV, o colonialismo tentou neutralizar e desvalorizar a memória do povo negro escravizado no Brasil. Esse processo desumanizante estruturou-se pela naturalização da classificação das raças, culminando com o racismo (Munanga, 2017).

O racismo estrutural se constitui como uma forma sistemática de discriminação cujo fundamento é a raça. Ao manifestar-se, através de práticas conscientes e/ou inconscientes, culmina em desvantagens e/ou privilégios, a depender do grupo racial a que pertençam (Almeida, 2020).

No caso brasileiro, os dados apresentados pelo 17º Anuário do Fórum de Segurança Pública de 2023 denunciam que pessoas negras morrem com mais frequência (76,5%) vítimas de armas de fogo, mas quanto à violência letal, esta “não se encerra apenas na necessária e urgente retomada de políticas responsáveis de controle e rastreamento de armas de fogo” (Fórum de Segurança Pública, 2023, p. 30).

Esses dados nos revelam que negras/os¹ continuam sendo as principais vítimas da violência e, de acordo com a mesma fonte, independente da ocorrência registrada.

Reafirmando estatísticas já apresentadas em anos anteriores pelo próprio Anuário Brasileiro e pelo Atlas da Violência (2023), negras/os chegam a 83,1% das vítimas de intervenções policiais, constituindo um percentual bem maior do que a participação proporcional delas/es na composição demográfica da população brasileira (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 31).

Não obstante, as pesquisas evidenciam ainda que a população negra é maioria também entre a camada mais pobre da população. Representa 75,2% entre os/as 10% de brasileiras/os mais pobres (IBGE, 2019).

Os dados demonstram que a realidade brasileira está inserida em um contexto de sofrimento da população negra que sobrevive em um ambiente de precariedade das condições de vida, dentre outros fenômenos, ao lado do descarte de

seus corpos pela necropolítica, traduzida enquanto perpetuação do colonialismo (Mbembe, 2018).

Contudo, se por um lado a sociedade brasileira foi forjada no seio do projeto moderno colonial escravocrata que continua, com os efeitos da colonialidade, reproduzindo as desigualdades raciais em nosso país, por outro, a população negra, desde a formação dos quilombos, sempre se insurgiu contra esse projeto desumanizante e continua denunciando “marginalização, invisibilização e silenciamento da população negra em todos os campos sociais” (Almeida, Lima e Lopes, 2023, p. 28).

Nesse sentido, entender as origens e causas do racismo estrutural, bem como as formas de seu enfrentamento pela população negra, envolve revisitar experiências exitosas protagonizadas coletivamente em diferentes modalidades e períodos, desde as formações dos quilombos até a constituição do Movimento Negro Brasileiro.

Esse contexto envolve a realização de discussões que desnudam temas como o colonialismo, a descolonização do saber/poder e a decolonialidade (Maldonado-Torres, 2020), a interculturalidade (Fleuri, 2012), a interseccionalidade (Crenshaw, 2002) e a branquitude (Bento, 2002).

Tais reflexões são essenciais ao engajamento da coletividade negra e fortalecem a luta antirracista, mesmo que por si só não baste. No entanto, são pontapés iniciais para a formulação de políticas afirmativas reparadoras para a população negra, a exemplo do que vimos nas Instituições de Ensino Superior (IES) público em relação à Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas.

Fruto das pressões protagonizadas pelo Movimento Negro Brasileiro, esta lei possibilitou o aumento da população negra nas universidades públicas brasileiras. Importa refletir que, muito antes da Lei de Cotas, em 2004, Queiróz (2004), em seu artigo intitulado *O negro e a universidade brasileira*, sinalizava sobre a importância da inserção em condições de igualdade da presença negra nas universidades brasileiras.

Em especial, nas universidades públicas do Brasil, destacam-se os coletivos de estudantes negras/os (Trindade, 2021). Suas práticas, constituídas em Gomes (2017) como educativas,

questionam a colonização de perspectiva eurocentrada e branca do saber e poder e se projetam no campo da descolonização de tais processos que buscam a inferiorização do que está fora do padrão daquelas/es que dominam.

Assim, considerando as universidades como espaços privilegiados de produção de saberes, de predominância branca, elitizada, eurocentrada, que somente se tornaram mais acessíveis ao povo negro por força da resistência negra repercutida na Lei de Cotas, delineamos, enquanto problema de pesquisa, entender como se processaram as experiências de auto-organização coletiva de estudantes negras/os na Universidade Federal de Sergipe, no período que sucedeu a Lei de Cotas em 2012.

Em síntese, nossa questão central e suleadora² foi conhecer tais experiências na UFS. Dito isto, vale registrar que, como etapa preliminar, realizamos um levantamento das informações junto a integrantes mais antigos do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Sergipe (NEABI-UFS), em razão de este ser um espaço coletivo de organização militante da intelectualidade negra, cujo surgimento está exclusivamente dedicado à luta antirracista, a partir do compromisso com a realização de estudos sobre a temática aqui em questão.

Assim, o resultado da primeira etapa nos levou ao Coletivo Negro Beatriz Nascimento (CNBN), como uma experiência coletiva exitosa de acolhimento de estudantes negras/os que se processou na UFS nos anos 2018.

Fortalece essa constatação o levantamento das teses e dissertações realizado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)³ que tratam sobre experiências de auto articulação e organização coletiva de estudantes que tenham tido o propósito de acolher estudantes negras/os na UFS, para além do CNBN.

O tempo considerado foi o ano 2012 em razão da vigência da Lei de Cotas e a base de dados escolhida foi a BDTD em razão de a considerarmos uma das mais acessadas para fins de publicação de Teses e Dissertações até 2023, ano seguinte ao início do doutorado de uma das autoras.

Nosso objetivo também foi o de tentar encontrar outras experiências na UFS, para além do CNBN, que não tivessem sido identificadas pelo NEABI-UFS.

Usamos as palavras-chaves: *Universidade Federal de Sergipe* ou *UFS* e *Estudantes Negr**. Apesar de obter como resultado 100 dissertações de mestrado e 26 teses de doutorado, ao adotarmos o método de exclusão que considerou a abordagem direta do tema em seus títulos, bem como os resumos, nenhum fazia relação com a auto-organização de estudantes negras/os na UFS.

Do mesmo modo aconteceu quando buscamos os trabalhos por meio das palavras, *Universidade Federal de Sergipe* ou *UFS* e *Coletivos Negr** e *Universidade Federal de Sergipe* ou *UFS* e *Coletivo Negro Beatriz Nascimento*.

Em relação à palavra-chave *CNBN*, nenhum trabalho foi encontrado, conforme Quadro n.º 1, a seguir:

Quadro n.º 1 – Resultado de pesquisa na BDTD sobre publicações envolvendo a auto-organização de estudantes negras/os com foco no acolhimento dessas/desses na UFS

PALAVRAS-CHAVE	TRABALHOS ENCONTRADOS	DISSERTAÇÕES DE MESTRADO	TESES DE DOUTORADO	RELAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO
Universidade Federal de Sergipe e estudantes negr*	123	100	26	0
UFS e estudantes negr*	110	90	20	0
UFS e coletivos negr*	49	38	11	0
Universidade Federal de Sergipe e coletivos negr*	53	41	12	0
Universidade Federal de Sergipe e cotas raciais	10	6	4	0
CNBN ou Coletivo Negro Beatriz Nascimento	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria (2023), a partir da consulta à BDTD no período pós-2012 a 2023.

Próximo do nosso objeto de estudo, encontramos trabalhos que se dedicaram a entender a percepção ou discurso de estudante negras/os cotistas e professoras/es nos cursos de alto prestígio na UFS como os de Medicina e Direito; o acesso de estudantes quilombolas à bolsa permanência na UFS; as cotas universitárias e prática pedagógica na

Universidade Federal de Sergipe e ações afirmativas de um modo geral nas universidades, mas com foco nas ciências sociais. Tais trabalhos foram encontrados por meio dos conectores e palavras *Universidade Federal de Sergipe or⁴ UFS or Cotas raciais*; e *Universidade Federal de Sergipe or UFS or Coletivos negr⁵*, conforme Quadro n.º 2, a seguir:

Quadro n.º 2 – Resultado de pesquisa com estudos que se aproximam do debate que envolve o acesso de estudantes negras/os na UFS, apesar de não tratarem diretamente da temática dos coletivos negros

INFORMAÇÃO	NÍVEL	ANO	AUTORIA	LINK DE ACESSO
O acesso de estudantes quilombolas beneficiários(as) do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal de Sergipe: uma análise de documentos institucionais	Mestrado em Educação/UFS	2021	Maria Adriana Pereira dos Santos	https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15227
Ações afirmativas no ensino superior: uma análise das teses e dissertações em ciências sociais	Mestrado em Ciências Sociais	2018	Felipe Bellido Quarti Cruz	https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/6559
O sonho do jaleco branco: ações afirmativas e os discursos de estudantes e professores de medicina da Universidade Federal de Sergipe	Mestrado em Sociologia	2018	Baruc Correia Fontes	http://Ri.Ufs.br/Jspui/Handle/Riufs/9249
A experiência das ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe: os cursos de Direito e Medicina	Mestrado em Antropologia/UFS	2014	Yérsia Souza de Assis	https://Ri.Ufs.Br/Handle/Riufs/3171
O debate sobre cotas universitárias: itinerários da prática pedagógica na Universidade Federal de Sergipe	Doutorado em Educação/UFS	2013	Andréa Hermínia de Aguiar Oliveira	https://Ri.Ufs.Br/Handle/Riufs/4901

Fonte: Elaboração própria (2023), a partir das informações encontradas na BDTD.

De modo geral, as teses e dissertações de âmbito nacional, sobre a articulação de estudantes negras/os em outras universidades do Brasil, reconhecem e legitimam a importância da atuação desses coletivos. No entanto, a partir do levantamento realizado na BDTD, em relação às pesquisas que se debruçaram a estudar a realidade de Sergipe, não visualizamos registros sobre as articulações negras estudantis na UFS. Portanto, nas dimensões científica e social é que entendemos a relevância deste estudo.

No esteio de Gomes, que considera todo espaço coletivamente organizado, com o propósito explícito da luta antirracista, enquanto Movimento Negro, o CNBN, assim, inspirado em Gomes, integra o Movimento Negro Educador. Isto posto, buscamos responder as seguintes questões: 1. Quais

as motivações que levaram estudantes negras/os a se articularem resultando na criação do CNBN na UFS? 2. Como se caracterizou o CNBN e como se processaram as práticas educativas deste coletivo?

Vale registrar que a razão de estudar o Coletivo Negro Beatriz Nascimento iniciou-se em 2019, durante o componente curricular denominado *Diversidade, interculturalidade e relações étnicas e raciais no ensino de Química e Ciências*⁵ e se estendeu, na atualidade, pelas vivências acadêmicas e ativistas das autoras⁶. Não bastasse, o compromisso das/os autoras/es deste estudo está imbricado na própria condição de negritude das/os mesmas/os aliado aos espaços de militância em que atuam nos movimentos sociais e sindicais de âmbito antirracistas.

O trilhar do caminho: as etapas e os sentidos desta investigação

Nosso referencial teórico se respalda em autoras/es decoloniais e críticas/es e nossas contextualizações estão fundamentadas nas epistemologias abissais do Sul (SANTOS, 2007), as/os quais em linha tênue argumentam que

as linhas cartográficas “abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo. A injustiça social global estaria, portanto, estritamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta por justiça social global requer a construção de um pensamento “pós-abissal”. (Santos, 2007, p. 1).

Nos valem ainda da Pedagogia da Educação Libertadora e Transgressora buscada respectivamente em Freire (2003) e hooks (2017); e do racismo estrutural com a perspectiva do Movimento Negro Educador, ambos traduzidos, concomitantemente, por Almeida (2020) e Gomes (2017). Tais pensamentos referendam os estudos da decolonialidade em seus processos de rompimento com as formas tradicionais-coloniais de produção de conhecimento de base eurocentrada, elitizada e branca.

Nossa metodologia demarcada pela pesquisa qualitativa de campo, baseada na Investigação da Ação participativa (IAP), ampara-se no paradigma da alteridade buscada em Fals Borda (2009), por meio do qual nos inspiramos a afirmar que nesse estudo não existe espaços para a neutralidade, mas compromisso ético-político-educativo com a visibilização e divulgação dos saberes que foram encontrados na militância do Coletivo Negro Beatriz Nascimento (CNBN). Nosso foco, como dito, são as/os estudantes negras/os organizados no CNBN, na UFS.

Para Fals Borda (2009), evidenciar esses saberes auxilia a diminuição das tensões existentes na sociedade, por razões dentre as quais se situam: desigualdade social, étnico racial, de gênero, intergeracional e interseccional⁷. O mesmo autor

defende que estudos dos quais pesquisadoras/es também são sujeitas/os de pesquisa, inspiram novas gerações à confiança, à sinceridade, ao respeito, à responsabilidade em um contexto de pesquisa que se realiza sentindo e pensando, ao estilo Fals Borda, 2009, eis porque tais pesquisas se destacam como “sentipensantes”.

Sob tais dimensões, nossa busca e aproximação com nosso campo de pesquisa se processou desde nós, enquanto pesquisadoras/es negras/os. A maioria integrante do Movimento Negro Educador, inseridas/os, como exposto, em diferentes trincheiras da luta antirracista.

Nesse contexto, buscamos inicialmente conhecer as experiências exitosas de auto-organização de estudantes na UFS para acolher estudantes negras/os que participaram dos processos de seleção da UFS por meio da Lei de Cotas, especificamente nas vagas para estudantes negras/os.

Como dito, o primeiro estudo que trata sobre o CNBN foi realizado com perspectiva didática, em um curso de formação de professoras/es. No âmbito da investigação realizada na orientação no PPGED, vinculada ao projeto Caleidoscópio (CNPQ), revisitamos os dados coletados durante a disciplina e aprofundamento com novas entrevistas e análises de documentos.

Na primeira etapa foi realizado um primeiro levantamento das informações junto ao NEABI/UFS sobre experiências de auto-organização de estudantes para acolhimento de estudantes negras/os cotistas. Nossa escolha por iniciar pelo NEABI se deu em razão de este ser um núcleo de estudos encarregado exclusivamente de produzir/refletir sobre as questões afro-brasileiras e indígenas. O NEABI em Sergipe foi criado em 1984, inicialmente com a sigla NEAB. Nacionalmente, os NEABs foram formados por professoras/es ativistas militantes.

Nas instituições de ensino público superior, demarcaram/demarcam a práxis docente na luta contra o racismo estrutural. Na UFS, seguindo o mesmo movimento, que se iniciou em âmbito nacional, recentemente, essa mesma militância passou a inserir a questão indígena no horizonte de seus estudos, o que alterou a sigla de NEAB para NEABI. Assim, como dito na introdução deste texto, contatamos com pesquisadoras/es mais

antigos do NEABI-UFS e confirmamos que o CNBN, de fato, constitui a primeira experiência de organização das/os estudantes negras/es da UFS.

Na segunda etapa contatamos as/os estudantes do CNBN e solicitamos nova autorização para a continuidade da pesquisa. Em seguida, revisitamos os dados coletados durante a realização da disciplina, tais como: o trabalho final da disciplina, questionários e dados das entrevistas⁸ realizadas com as/os estudantes articuladas/os nesse coletivo, durante o desenvolvimento do trabalho vinculado ao componente curricular *Diversidade*.

Sobre a coleta realizada no âmbito desse componente curricular, a caracterização do CNBN, por meio das/os suas/seus integrantes, deu-se de modo virtual, através do *Google Forms*, por meio do qual foram respondidas perguntas relacionadas ao perfil pessoal e à relação com o coletivo. Vale ressaltar que o questionário foi construído com a participação do próprio coletivo, como uma forma de possibilitar a maior interação possível com as/os integrantes do CNBN, como sujeitas/os participativas/os desta investigação.

Essa metodologia de dimensão horizontal da Investigação da Ação Participativa possibilitou uma melhor aproximação e conhecimento mais consubstanciado deste coletivo. Para compreender a fundação do CNBN, foi adotado como critério de escolha para as entrevistas a participação no coletivo desde sua origem, pois elas/es estariam cientes das primeiras etapas de criação do espaço. Foi assim que chegamos às/aos duas/dois estudantes, por cuidados éticos apelidadas/os de Zumbi e Dandara⁹ (estudantes negras/os do CNBN). Ambas/os participaram de todo o processo que envolveram também as entrevistas orientadas pelo questionário. Os apelidos também não estão relacionados às suas identidades de gênero.

Cada entrevista foi agendada por meio das redes sociais e ocorreu pela plataforma *Google Meet*, com orientação da docente da disciplina, após autorização das/os entrevistadas/os. Os dados obtidos foram analisados com o intuito de ressaltar os pontos mais importantes da investigação. Esse fato não suprimiu a importância de aspectos não citados nesse estudo e nem a possibilidade de trabalhos futuros que possam advir a partir desses dados.

Na terceira etapa, concomitante à realização das análises e ainda durante o trabalho do componente curricular *Diversidade*, realizamos nova entrevista com as/os estudantes do CNBN entrevistadas/os. O intuito foi o de ampliar os dados coletados, bem como apresentar nossas análises para apreciação e diálogo com as/os estudantes do CNBN.

O primeiro entrevistado, Zumbi, é cofundador do CNBN. A segunda entrevistada, Dandara, passou a fazer parte do coletivo em 2019. Ambas/os concluíram seus cursos de graduação aproximadamente há 2 (dois anos) anos. Neste texto, visando garantir o anonimato e gênero das/os entrevistadas/os, utilizamos, respectivamente, as denominações Zumbi e Dandara para as/os mesmas/os.

Vale registrar que a consecução dessas três etapas não ocorreu de forma rígida e fragmentada pois, como característica das pesquisas qualitativas e, sobretudo da IAP, elas ocorrem de forma articulada, de maneira que permitam certa fluidez entre uma e outra, tendo em vista que os dados coletados em cada etapa delineiam e dialogam com as demais.

História, caracterização e o sentir-pensar do CNBN

Podemos notar como nosso futuro será diferente, cada dia mais discussões sobre a temática e a importância negra, cada vez mais canais de comunicações, principalmente os utilizados pelos jovens engajados na militância. Por isso, acreditamos que o futuro poderá ser um lugar melhor. (Zumbi, 2021).

As ações protagonizadas por estudantes negras/os de diversos cursos culminaram na criação do CNBN e originaram-se a partir da provocação de uma professora do NEAB-/UFS. Após esse estímulo, um grupo de alunas/os se mobilizou para realizar reuniões em torno de pautas, como: levantar as demandas e incômodos vivenciados por estudantes negras/os na UFS; definir o foco do coletivo; decidir sobre a forma de organização pessoal e como iriam lidar com as principais indagações que permeavam estudantes negras/os, dentre as quais se inseriam o sentimento de solidão,

necessidade de partilha e fortalecimento pessoal e coletivo para permanecerem na UFS. Eis que surge então, o CNBN

como um espaço de acolhimento e afetividade preta, fortalecimento das identidades, formação e informação no tocante ao conhecimento e leituras de bibliografias negras, e reivindicação das discussões a respeito de questões raciais nos cursos, departamentos, grupos e núcleos de pesquisa, programas de pós-graduação. (Coletivo Negro Beatriz Nascimento, 2018, p. 1).

O nome *Coletivo Negro Beatriz Nascimento* é uma homenagem à intelectual negra e sergipana Maria Beatriz Nascimento, que nasceu na capital, Aracaju, sendo a oitava filha do casal Rubina Pereira do Nascimento e Francisco Xavier do Nascimento. A intelectual negra migrou para a região sudeste em 1949, e em 1969 (aos 28 anos) ingressou no ensino superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluindo seus estudos em 1971 (Literafro, 2021). Tempos depois, tornou-se professora da rede estadual Fluminense e iniciou sua pós-graduação, concluída em 1981. A importância de seu legado, que durante anos ficou no anonimato, está diretamente vinculada ao entendimento sobre a relação da/o negra/o com a formação (Literafro, 2021).

A historiadora se debruçou sobre o estudo da formação de professoras/es quilombolas. Além disso, suas obras são de grande importância na reflexão referente ao racismo, seu enfrentamento e às desigualdades sociais (Ratts, 2007). Não bastasse, Beatriz Nascimento dedicou-se ainda a poesia por meio de seus estudos na área de Letras. Tragicamente foi assassinada em 28 de janeiro de 1995, pelo companheiro de uma amiga acometida de violência doméstica e que Beatriz Nascimento defendia (Ratts, 2007). Corroboramos com Reis (2020) ao afirmar que

Beatriz nos deixou de forma violenta, como violenta é a vida de muitos jovens negros ainda neste País, como ainda as mulheres negras são tratadas por meio do racismo e da violência física e simbólica do machismo. (Reis, 2020, p. 128).

Aferimos, a partir da motivação que culminou com o seu assassinato, que para além do racismo identificado em algumas narrativas que consultamos sobre o trágico episódio, que Beatriz foi vítima também do machismo e da misoginia¹⁰.

Considerando o robusto patrimônio cultural e intelectual sem o devido reconhecimento público e acadêmico à altura da relevância de suas produções e publicações, segundo nossas entrevistadas, foi uma simbólica forma de enfrentar os processos de apagamentos de sua história frente à importância de seu pensamento para o Movimento Negro e Quilombola.

Para nós pesquisadoras/es negras/os, essa atitude de homenagear Beatriz Nascimento tomando seu nome emprestado ao coletivo representou uma prática de educação antirracista significativa na tentativa de eternizar sua memória. Representou ainda uma estratégia de enfrentamento ao racismo no meio acadêmico. Preponderou nesta homenagem o reconhecimento sobre a necessidade de vencer o apagamento acadêmico em relação à sua luta, história e produção.

Para as/os entrevistadas/os, esse reconhecimento se mostrou familiar às/aos estudantes negras/os, que manifestaram sentimentos semelhantes ao identificarem como são tratadas/os e acolhidos/as nos espaços, de um modo geral e, especialmente na UFS. Um lugar que, segundo elas/eles, naquele momento, em 2018, imprimia nelas/es a sensação de vivenciarem recorrentes investidas de desqualificação das próprias trajetórias e importância enquanto estudantes negras/os, em grande parte cotistas.

Seus registros indicaram que, já nas reuniões as/os estudantes partilhavam que se sentiam invisibilizadas/os/desvalorizadas/os dentro da UFS, por serem negras/os e cotistas. A ausência de leituras sobre autoras/es negras/os, mesmo em disciplinas que tratavam sobre o ensino de África, também era uma realidade sentida.

Assim, na sinergia deste sentimento, alinhada à história que retrata também a realidade da mulher negra no Brasil, as/os estudantes se identificaram com Beatriz Nascimento, principalmente por se verem na mesma realidade, como se tratassem do próprio apagamento discente na UFS. Nessa seara, o grupo finalmente definiu o nome do CNBN para

*promover o reconhecimento, obras e pensamentos de Bia*¹¹. (Zumbi, 2020).

Sobre esse sentimento de apagamento, Zumbi (2020) relatou que sempre se indagava sobre não encontrar seus pares no que se refere a trajetórias similares e anseios também. Foi no coletivo que percebeu que estas pessoas só estavam desarticuladas. Cada uma/um em seu próprio universo e o mesmo sentimento de solidão e insegurança. No CNBN encontram um lugar seguro para compartilhar dores, tornando-se referência para outras/os estudantes negras/os como lugar de fortalecimento. Uma experiência de amizade, luta contra o racismo, de entendimento, de vivências e estudos para uma leitura crítica de mundo, com alguma possibilidade de representar permanência nesse espaço.

Podemos afirmar, a partir do acesso a algumas produções encontradas na revisão de literatura sobre coletivos negros, buscadas em Silva (2020; 2021) e Trindade (2021), que no Brasil, os coletivos negros universitários são espaços de segurança, de apoio, de solidariedade e de identificação, onde não são apenas discutidas pautas relacionadas à militância, mas também diversas outras questões que perpassam a vida cotidiana das/os estudantes de um modo geral. Segundo Dandara (entrevista de 2020), o CNBN tem muito significado e importância nas vidas das/os jovens negras/os. Reforça sua opinião o argumento de que, enquanto não estava mergulhada nas ações e reuniões do coletivo, ela mesma não tinha essa visão sobre a importância desse espaço e de sua própria negritude. Isso ocorre porque, no âmbito do racismo estrutural,

Os alunos negros sofrem preconceito e nem se dão conta, desde não estudar autores negros, não vê referências com suas características, desde fazer parte de um centro acadêmico que homenageia um homem extremamente racista. Pequenas coisas, desde poucos ou nenhuns professores negros. Essas coisas estão naturalizadas em nosso dia, além do que os estudantes negros estão sozinhos. Vemos poucos estudantes que se identificam com nossas dores, ninguém para compartilhar; dar um ombro ou para entender. (Dandara, 2020).

Os relatos acima nos remetem ao que Munanga (2010) reflete em relação ao mito da democracia racial. Mesmo na academia o racismo segue se efetivando e legitimando revestido de uma sutileza dos que o naturalizam enquanto um processo inexistente, onde se afirma que ninguém é vítima e muito menos racista e, pelo contrário, a riqueza do país se encontra justamente nessa diversidade racial que convive “harmonicamente”. Para o autor, essa lógica caracteriza o racismo à brasileira, sendo necessário desnudar sua operacionalidade no contexto de um crime considerado pelo mesmo, por tais razões, como perfeito. (Munanga, 2010).

Na perspectiva dos coletivos negros articulados nas universidades e, em especial o CNBN, na UFS, afirma-nos Dandara (2020) que, além de organização política, o CNBN é um lugar de promoção da amizade. Um espaço para compartilhar relatos sobre o que é ser negra/o em um país racista, que julga e inferioriza a/o outra/o a partir da cor da pele e que não compreende quem é julgada/o. Em suas palavras, as ações do coletivo engajam o Movimento Negro. Dandara (2020) relatou como são educativas as trocas de saberes que se operam no âmbito das conversas com as/os alunas/os do ensino básico, falando sobre racismo, estimulando-as/os a pensarem sobre assuntos relacionados à identidade negra, como o racismo influencia suas vidas e como fazer para se defenderem, terem voz e expectativas a partir do orgulho de ser negra/o.

Com o tempo, as ações do CNBN foram ganhando respaldo na UFS e as demandas foram aumentando, mas sem um aporte institucional que validasse ou mesmo amparasse estas iniciativas. Representadas pelas diversas ações realizadas na UFS, entre rodas de diálogos sobre o racismo, políticas afirmativas, *lives*, e mais as palestras e cursos realizadas fora da UFS, as demandas pela presença do CNBN nos espaços foram se avolumando desproporcionalmente à quantidade de estudantes para tocar tais tarefas. Administrar tamanha responsabilidade e ainda conciliar as exigências acadêmicas em um ambiente hostil foram algumas das dificuldades encontradas pelo CNBN, configuradas na falta de apoio institucional.

Entretanto, de forma categórica, Zumbi e Dandara (2020) afirmaram que tais demandas nem

de longe foram o maior problema encontrado pelas/os estudantes negras/os. O principal desafio é sobreviver na UFS em meio ao racismo estrutural. As tentativas de fazer o coletivo dar errado se processaram de várias formas, desde se tentar influenciar as/os negras/os a não se dedicarem ao engajamento político e persuadirem as/os mesmos/as para se posicionarem contrárias/os às ações afirmativas, até mesmo a tentar fazer com que essas/esses estudantes não se reconhecessem como negras/os, mas como estudantes iguais a todas/os as/os outros/as indistintamente.

Essa realidade impulsionou o CNBN a buscar novas/os integrantes ao coletivo, que flexibilizou os critérios de inserção no espaço. Desde a criação em 2018, o critério adotado pelo coletivo era ser estudante negra/o de graduação da UFS. Por volta de 2020, bastava ser estudante negra/o da UFS. Contribuiu também para essa flexibilização o fato de suas/seus fundadoras/os se aproximarem do período de conclusão dos cursos e possibilidade da realização da pós-graduação. Todas essas questões e mais a recepção de novas/os estudantes negras/os ao coletivo passaram a integrar o campo das preocupações do CNBN. O coletivo, então, passou a refletir de que maneira poderia atrair mais estudantes negras/os para pensar sobre a questão racial.

Segundo Zumbi (2020), o CNBN flexibilizou suas regras para que qualquer estudante negra/os da UFS pudesse se motivar a construir o CNBN. Assim, adotaram um sistema tranquilo de recepção da estudantada, sem tantas responsabilidades que pudessem pesar sobre os ombros de quem precisa dar conta das exigências das disciplinas. Daí, para começarem a participar das reuniões era um bom começo de vivência na UFS para se motivarem a participar e se comprometerem com a causa.

Desse modo, as/os estudantes, aos poucos, assumiam tarefas de acordo com suas possibilidades. Vale aqui registrar que é notória a adoção, por parte do Coletivo, da divisão de tarefas, como forma pedagógica de auto-organização que se operou segundo a concepção coletiva de incentivo à participação política. Entre as atividades se insere o registro das presenças. As chamadas, quando feitas, representam oportunidades de apresentação e

recepção pelo Coletivo às/aos calouras/os. Tudo pensado e planejado coletivamente no sentido de engajar estudantes para a participação e formação antirracista. De acordo com Zumbi e Dandara (2020), o CNBN tem uma postura bem aberta em relação à discussão de diferentes temas, mas a temática principal são as/os estudantes negras/os na UFS. Suas/seus integrantes fazem uma reunião no final do ano ou no começo para planejarem as ações que executarão durante o ano, com espaço para flexibilidade. Também ocorrem diálogos que fazem com que o núcleo trabalhe assuntos mais abrangentes de acordo com a conjuntura apresentada.

O coletivo promovia um espaço em que as/os integrantes estudavam o que não estavam acostumadas/os a refletir e muito menos debater. Podemos perceber que coletivos negros são oportunidades para renascer as/os invisibilizadas/os das histórias, com seus saberes. No caso do CNBN, seus estudos a partir da formação política com centralidade na luta antirracista são pautados, a priori, nos sentidos e significados das produções da própria Beatriz Nascimento, que abordava sobre o papel social da mulher negra em uma sociedade racialmente dividida, além de trazer reflexões sobre as opressões de gênero, discriminações de raça e classes presentes na academia.

Pinn (2019) nos aponta que nas produções de Beatriz Nascimento são relatadas questões sobre a enunciação da História do Negro no Brasil, a branquitude e a necessidade da (des)colonização dos saberes para uma perspectiva mais afrocentrada, com um aprofundamento que possibilita outras formas de pensar a/o negra/o na sociedade, assim como a própria realidade histórica brasileira. Ao tempo que estuda, o CNBN lida com a problemática existente dentro do próprio *campus* da UFS, auxiliando estudantes negras/os com orientações para o incentivo a e realização dos caminhos para se realizar denúncias de racismo a estudantes em sofrimento.

Na visão de Zumbi e Dandara (2020), a UFS, institucionalmente falando, não possui uma prática cotidiana antirracista. Nesse sentido, o combate ao racismo somente ocorre no discurso, mas na prática é insuficiente, exceto pela iniciativa muito particularizada e comprometida de algumas/alguns professoras/es, estudantes e técnicas/os negras/os

antirracistas que não representa o fazer coletivo da instituição. Alicerçada no pensamento de Gomes (2017), enquanto pesquisadoras negras, identificamos que as iniciativas protagonizadas pelo CNBN, sim, podem ser vistas enquanto práticas educativas do Movimento Negro que se realizou/realiza na UFS, com o protagonismo de estudantes negras/os, por meio do CNBN.

Zumbi e Dandara (2020) relatam que a luta para ampliar a leitura crítica de realidade junto à estudantada sobre a importância do enfrentamento ao racismo é um desafio diário. É um debate sobretudo que envolve dor. E nem todas/os, para além das/os estudantes, entendem a devida importância de um movimento como esse que parte das/os próprias/os estudantes negras/os. Sobre o sistema que envolve o racismo estrutural na UFS e as denúncias¹² realizadas, relatou-nos Zumbi (2020), que

Certa vez, o CNBN realizou na UFS um evento estrategicamente intitulado *Diálogos institucionais I e II*. O objetivo era promover uma aproximação com a gestão da UFS para a realização do diálogo sobre as cotas raciais, a realidade de estudantes negras/os, as políticas afirmativas, acesso e permanência. Assim, o CNBN encaminhou convite para os pró-reitores, mas eles se limitaram a mandar representantes nas duas edições. Na segunda edição, a vice-reitora ainda compareceu. Essa indiferença às propostas do CNBN para traduzir as preocupações acerca da realidade do estudante negro na UFS levou o coletivo a formalizar denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) de uma série de irregularidades praticadas na UFS. O objetivo com o envolvimento do MPF nesta relação foi garantir o cumprimento por parte da UFS de suas responsabilidades e deveres para com a política de igualdade racial nesse espaço. (Zumbi, 2020).

Assim, para o coletivo não há efetividade na política afirmativa implantada na UFS desde 2008. Coibir as fraudes das cotas passou a ser uma demanda também do CNBN e uma realidade em várias universidades públicas do país. As/os que não desejam o avanço do Coletivo são as/os que almejam a invisibilidade do CNBN e consequentemente o apagamento de tais pautas. Nessa dimensão, nos chama a atenção Pinn (2019) para o quanto Beatriz

Nascimento sofreu com o processo de invisibilização durante o período acadêmico, assim como outras/os negras/os de sua geração, tendo sido pouco lida e raramente mencionada, principalmente no campo de conhecimento de História.

Pinn (2019), em seu estudo sobre a invisibilidade negra na historiografia brasileira, descreveu como a produção acadêmica de Beatriz Nascimento é essencial para compreender as insuficiências metodológicas e estruturais do fazer histórico, ressaltando assim que a história da/o negra/o brasileira/o, que é produzida nas academias, assumiu um papel estereotipado.

Segundo nossas/os entrevistadas/os, uma outra dificuldade encontrada pelo Coletivo é o fato de não possuírem espaço físico. Suas/seus integrantes se reúnem em locais aleatórios encontrados por acaso, pelos corredores da UFS. Apesar de tudo isso, o CNBN acredita que há pessoas que buscam abraçar a causa do Coletivo e, de alguma forma, muitas/os estudantes entendem sua relevância enquanto um aquilombamento. Assim, mergulhadas/os nas ideias de Beatriz Nascimento, no Coletivo o assunto *Quilombo* é o que mais as/os definem.

Isto se justifica porque, segundo as/os estudantes, o quilombo tem tudo a ver com o pioneirismo desta discussão em Beatriz Nascimento, que o definiu enquanto a própria história da/o negra/o brasileira/o. É no ensinamento de Beatriz Nascimento que podemos comprovar ao longo da história da/o negra/o no Brasil, das/os africanas/os e suas/seus descendentes, que a resistência negra foi se lapidando no interior das ações do Movimento Negro em cada etapa da história de um modo diferenciado, mas sempre na história de luta.

O autor Reis (2020) produziu uma dissertação na qual há relatos de pensamentos e narrativas de Beatriz Nascimento, que define o quilombo como a própria história sobre o negro brasileiro. Para o CNBN, do mesmo modo, de todas as causas abraçadas pelo coletivo, o assunto “Quilombo” é o que mais define o núcleo. Isto é, porque o quilombo tem tudo a haver com Beatriz Nascimento, que é uma pioneira sobre esse tema. A Beatriz ensina que ao longo da história do negro no Brasil, dos africanos e seus descendentes, sempre esteve presente essa postura de busca por liberdade.

Portanto, analogicamente, nas universidades, são os coletivos negros aquilombados que gritam: *you can organize collectively to build this freedom, to build this place, where you can be and stay as black/white. It is this that the CNBN is and builds: a big quilombo.* (Zumbi, 2020).

Nessa seara, a educação transgressora é fundamental para o desenvolvimento da leitura crítica de mundo numa perspectiva de educação para a liberdade. Pensando nisso, inspirada em Freire (2003), afirma-nos hooks (2017) que é preciso transgredir essa ordem rumo à educação capaz de nos libertar a todas/os, negras/os e brancas/os, das armadilhas da opressão. Essas ações reforçam o papel educador que o CNBN desempenhou/desempenha.

Atento a essa realidade, o Coletivo propõe ainda a criação de mecanismos específicos de denúncias de racismo, o que acabou não acontecendo. Os casos de crimes de racismo ocorridos na UFS até 2021, por exemplo, eram denunciados em âmbito da ouvidoria da UFS, por meio do SIGAA e essa única modalidade de denúncia acabava por não surtir efeito para pessoas negras que não sentiam segurança para realizá-la e por esta razão preferiam a realização da denúncia por outros meios, sendo necessário efetivar meios mais acolhedores e seguros por parte de quem sofre racismo.

Considerações finais

É no contexto da implantação da Lei de Cotas em 2012 que passam a emergir os coletivos protagonizados por estudantes negras/os nas universidades do Brasil. De modo geral, os Coletivos Negros, que emergem após o aumento da inserção de negras/os nas universidades, lutam por uma educação antirracista, por direitos iguais para todas as pessoas independente das questões raciais, mas com atenção especial para a diversidade, as interseccionalidades e as diferenciações de oportunidades a partir desta. Nas instituições de ensino público superior, esses coletivos têm atuado por meio de projetos que extrapolam os muros das universidades.

Nacionalmente, os coletivos negros articulados por estudantes negras/os nas

universidades representam mais um lugar de luta antirracista para os que ainda estão chegando nesse universo. Essas/es estudantes, em grande parte, não encontram sentimento de pertença nas instituições de ensino superior público. Assim, na busca pelas experiências exitosas de auto-organização coletiva de estudantes para acolher estudantes negras/os na UFS, a partir dos anos 2012, deparamo-nos com a *práxis* do CNBN, que em Sergipe, emergiu em 2018 com objetivo de acolher estudantes negras/os, incentivando-as/os a sobreviverem ao racismo estrutural e assim, permanecerem nesse espaço.

As iniciativas antirracistas protagonizadas pelo CNBN se realizaram para além dos muros da UFS. Processaram-se também em escolas públicas e particulares, representando verdadeiros exemplos da capacidade coletiva de auto-organização negra de educação antirracista.

Tais práticas, traduzidas aqui como educativas, incentivaram trocas de saberes sobre a questão racial, as políticas afirmativas, a negação da ancestralidade pela colonialidade e a devida visibilidade dos processos decoloniais, com predominância de estudos referenciados em autoras/es negras/os. Assim, o CNBN lutou por benefícios para a educação, como por exemplo, bolsas de estudo, cotas para a pós-graduação, criação e implementação de restaurantes universitários e auxílios diversos para ajudarem na permanência de estudantes negras/os nos estudos.

Redimensionando nosso olhar para todo o processo de construção do CNBN, caracterizamo-lo como um espaço de afeto entre estudantes antirracistas, que favoreceu o fortalecimento da pauta sobre as políticas afirmativas e a permanência de estudantes negras/os na UFS, valendo a pena aprofundar esse estudo para o período em que o CNBN protagonizou as denúncias de fraudes contra as cotas raciais na UFS em 2019.

De que forma essas denúncias chegaram ao conhecimento do Ministério Público Federal? O que foi encaminhado pelos órgãos públicos no sentido de implementação da política afirmativa na UFS? Como se comportou a gestão da UFS a partir dessas denúncias? Enfim, quais os efeitos produzidos em termos de política pública de prevenção das fraudes das cotas raciais na UFS? São outras perguntas que valem a pena serem investigadas. O levantamento

bibliográfico sobre os coletivos negros de um modo geral nos levou a entender que os mesmos possibilitam à juventude negra a (re)construção da identidade, o fortalecimento de suas vivências, afetividade, estudos e capacidade de mobilização, em uma instituição até então incomum à sua presença: a universidade pública.

Nesse sentido, de forma mais contundente nos anos 2018 e seguintes, o CNBN nos levou a entender a importância de visibilizar seus processos a partir de suas próprias vozes. Inspirados em Beatriz Nascimento (1989; 2021), o CNBN compreende aquilombamento enquanto construção de um espaço coletivo de (re)conexão com a ancestralidade, resistência, afeto, pertencimento, (re)construção de identidades e ocupação de espaços sociais para possibilitar, no caso de estudantes negras/os, inseridos no contexto da UFS, uma experiência menos rude de estar na universidade e contribuir, da forma que lhes cabem, com a não desistência dessas/es estudantes do sonho de continuarem seus estudos.

Portanto, o CNBN envolve compromisso político diário por políticas públicas de combate à exclusão de estudantes negras/os no meio acadêmico, fortalecimento do conhecimento produzido pela intelectualidade negra, valorização da estética e beleza da negritude, incentivo a compreensão emergente de que a luta antirracista não pode ser exclusiva da população negra e a necessidade da garantia não só do acesso, mas também do acolhimento e a permanência de estudantes negras/os na UFS. Daí a relevância desse estudo intitulado *Aquilombando a Universidade: a práxis do Coletivo Negro Beatriz Nascimento*.

Notas

1 Faremos o uso em todo o texto do símbolo gráfico “/a” ou “/as” ao lado de toda palavra e/ou termo que comumente a língua portuguesa utiliza apenas no masculino para também nos referirmos ao feminino. Aqui priorizaremos primeiro o uso do termo no feminino, que será seguido do termo no masculino. Este é um posicionamento político de enfrentamento ao machismo expresso em nossa norma culta. Temos ciência de que a linguagem inclusiva de gênero, para considerar a

realidade que compreende uma infinidade de formas de estar/viver em nossa sociedade – pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e/ou Transexuais, *Queer*, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não binárias e outras identidades (LGBTQIAPN+) –, é uma realidade e reconhecemos sua devida importância, mas em fase ainda de apropriação de seus usos, resolvemos nesse texto nos limitar apenas ao sinal gráfico acima mencionado, bem como os dois termos para nos referirmos ao feminino e ao masculino, mesmo compreendendo que por si só tais termos não recepcionam toda a diversidade que permeiam as identidades de gênero.

2 Aqui, ao invés de questão norteadora, trazemos como referência os saberes e produções conhecimentos abissais do Sul - que valoriza tudo o que foi inferiorizado por estar fora do padrão e linguagem eurocentrada que tem o norte ocidental como centro de tudo. Daí porque nossa questão aqui se destacar como suleadora.

3 O levantamento foi realizado em torno dos seguintes buscadores *estudantes negr** e *Universidade Federal de Sergipe* ou *UFS*; *coletivos negr** e *Universidade Federal de Sergipe* ou *UFS*; *Universidade Federal de Sergipe* ou *UFS* e *CNBN* ou *Coletivo Negro Beatriz Nascimento*. O símbolo * (asterisco) logo após as letras *negr* foi inserido como uma forma de se ter um alcance maior da busca para o encontro de produções com termos aproximados, como negro e negra, (no singular e/ou plural), outros.

4 O uso do termo “or” é usado em pesquisas de bases de dados para se referir ao termo “ou”.

5 Esta disciplina, ofertada no Curso de Licenciatura em Química do Campus de Itabaiana da UFS, reflete sobre questões de alta relevância do ponto de vista de alguns dilemas da diversidade e das adversidades advindas das diferenças na construção da nossa sociedade em que estão envolvidos os povos indígenas e negros com seus contextos de vida. Foi ministrado pela última autora deste texto e teve o primeiro autor como aluno.

6 Nos Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/as e Indígenas (NEABI), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Instituto Braços (IB/único centro de defesa de direitos humanos de Sergipe), Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS (PPGED-UFS), nível de doutoramento; e, por fim, no projeto de pesquisa de âmbito nacional denominado *Caleidoscópio das Ações Afirmativas: avaliações, experiências e alcances das políticas de cotas nas universidades públicas* (com financiamento CNPQ).

7 Termo cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, ativista americana de direitos civis e estudiosa da teoria crítica racial, para explicar a multiplicidade das diversas facetas que envolve a realidade de ser mulher, a exemplo da questão racial, de classe, gênero, como uma forma de se entender como ser mais “inclusive” diante da diversidade.

Nessa perspectiva que vai aprofundar as questões que envolve a interseccionalidade, ver também: COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

8 Tais dados como questionários, *Google Forms* e roteiros de entrevistas podem ser acessados nos arquivos do próprio NEABI, na UFS. O conteúdo destes com a identificação das/os entrevistadas/os respeitam o sigilo sob a guarda do NEABI. Por razões de compromisso, cuidado e princípios ético-políticos, a identidade de nossas/os entrevistadas/os nesse estudo foi preservada. Para facilitar a realização das análises por parte das/os autoras/es desta pesquisa, seus nomes foram substituídos por personalidades negras de nossa história. Essa estratégia teve o propósito ainda de facilitar tanto a fluidez da leitura por parte do/a leitor/a, como a visibilidade e fortalecimento da imagem daqueles/as que lutaram antes de nós por dias melhores para o povo negro.

9 Ainda em respeito aos cuidados e compromissos ético-políticos, preservamos também aqui as informações quanto ao gênero e identidades de gênero das/os entrevistadas/os. Portanto, os nomes aqui escolhidos não necessariamente correspondem aos gêneros e identidades de gênero dos/as entrevistadas/os.

10 O machismo trata da ideia da superioridade do homem sobre a mulher. A misoginia pode se manifestar de várias maneiras. Suas formas estão todas ligadas ao ódio contra a mulher. (Chaves, 2019).

11. Forma carinhosa que o entrevistado Zumbi atribui a Beatriz Nascimento em sua maneira de aproximar-se e se referir à intelectual.

Referências

- ALMEIDA, Livia Jéssica Messias de; LIMA, Maria Batista. LOPES, Edinéia Tavares. Ventos insurgentes ao amanhecer: a educação das relações étnico-raciais no curso de pedagogia da universidade federal de Sergipe. In: REIS, Maria da Conceição dos; MESSIAS, Elizama Pereira (Org.). **A educação das relações étnico-raciais em cursos de pedagogia do nordeste: olhares docentes e estudantis**. Petrolina: IFS SertãoPE, 2023, p. 28-46.
- ALMEIDA, Sílvia Luis. de. Racismo estrutural? In: **Feminismos plurais**/Djamila Ribeiro (Org). São Paulo: Sueli Carneiro. Editora Jandaíra, 2020.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 1- 30, 2003.
- BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. 2023. Disponível em: <http://bdtb.ibict.br/vufind/Content/whatIs>. Acesso em: 11 de ago. 2023.
- BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- CHAVES, Thaís. **Machistas em tratamento: os homens que combatem a masculinidade tóxica**. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/machistas-em-tratamento-os-homens-que-combatem-a-masculinidade-toxica/>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- COLETIVO NEGRO BEATRIZ NASCIMENTO. **Carta de apresentação do Coletivo de Estudantes Negros Beatriz Nascimento – UFS**. 2018. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=547805169006743&id=547787119008548&_rdr. Acesso em: 10 de nov. 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para a América Latina. Antología y presentación**: Víctor Manuel Moncayo. Carátula: Alejandro Ospina. Bogotá: Clacso, p. 320-338, 2009.

FLEURI, Renato Matias. Educação Intercultural: descolonizar o poder e o saber, o ser e o viver. **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 7-22, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 1 de set. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2ed. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2017.

IBGE. **Agência IBGE notícias**. Editoria: Estatísticas Sociais. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 12 de set. 2021.

MUNANGA, Kabengelê. **Nosso racismo é um crime perfeito**. Portal Geledés, 19 ago. 2009. Entrevista concedida a Camila Souza Ramos e Glauco Faria. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>. Acesso em: 26 de set. 2023.

MUNANGA, Kabengelê. Relações Étnico-Raciais. **Canal Youtube**. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7FxJOLf6HCA>. Acesso em: 26 de set. 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOQUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Ed. 2. Coleção Cultura Negra e Identidades. Reimp. Belo Horizonte: autêntica, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF e representantes do movimento negro em Sergipe impulsionam o início das fiscalizações das cotas étnico-raciais na UFS**. 2020. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-e-representantes-do-movimento-negro-em-sergipe-impulsionam-o-inicio-das-fiscalizacoes-das-cotas-etnico-raciais-na-ufs>. Acesso em: 01 de nov. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Literafro: o portal da literatura afro-brasileira**. 2023. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaiistas/1422-beatriz-nascimento>. Acesso em: 06 de nov. 2021.

PINN, Maria Lídia de Godoy. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, v. 11, n. 25, p. 140-156, 2019. Acesso em: 12 de dez. 2021.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O negro e a universidade brasileira. **Haol**, v. 3, p. 73-82, 2004.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 2006.

REIS, Rodrigo Ferreira dos. **Beatriz Nascimento vive entre nós**: pensamentos, narrativas e a emancipação do ser (anos 70/90). 2020. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos** (CEBRAP), v. 79, p. 71-94, 2007.

SILVA, M. **Coletivos Negros**: ações interligadas por uma educação antirracista, 2016. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/94106/1/Coletivos%20Negros_acoes%20interligadas%20por%20uma%20educacao%20antirracista.pdf. Acesso em: 06 de nov. 2021.

SILVA, M. Coletivos Negros e Educ(ação) na Original. **Alice News**. 2021. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/94100/1/Coletivos%20Negros%20e%20Educacao.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2021.

TRINDADE, Luana Ribeiro da. **Fortalecendo os fios**: a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região sudeste. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2021.